

AçãoFiscal

Órgão de Comunicação do Sindifiscal-ES

<http://www.sindifiscal-es.org.br/>

Sindicato e governo fazem mais uma rodada de negociação



O propósito da reunião foi o de continuar o processo de negociação em curso e de avançar em relação à construção de uma remuneração para o Fisco capixaba em patamar compatível aos demais Auditores Fiscais estaduais no Brasil.

Página 7

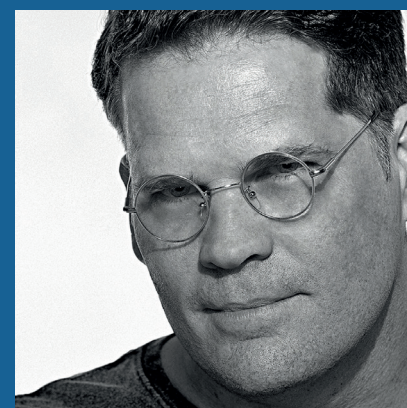
Lojas são fiscalizadas por possível sonegação fiscal

página 3



Mais 100 cestas são doadas pela campanha de solidariedade do Fisco

página 6



Entrevista com o Auditor Fiscal Mario Gordilho

páginas 4 e 5

Como manter uma categoria heterogênea unida?

Chegamos a mais uma edição do AçãoFiscal! Ainda que em tempo de informações em redes e instantâneas, os periódicos continuam sendo uma fonte importante de informação. Levam um conjunto de conteúdos sobre um determinado período e, assim, permitem uma análise de conjuntura, no nosso caso, da instituição Sindifiscal.

Ainda também em tempos de informações em mídias eletrônicas, o formato em papel vem se mantendo como elo entre pessoas e instituições. Certo que o AçãoFiscal em formato eletrônico tem sua funcionalidade, mas não passa, muitas vezes, da leitura do sindicalizado. Já no papel, nossas notícias podem passar de mão em mão, aos filhos, pais, companheiras, amigos.

O Sindifiscal tem desde sua criação essa vocação de aproximação de sindicalizados e familiares em torno da instituição. No entanto, nesses tempos de pandemia, houve a necessidade de interrompermos muitas atividades, como os encontros regionais, as assembleias, as festas de fim de ano, por exemplo. E deixar um conteúdo, de forma física, parece cumprir um pouco esse papel.

Ademais, o AçãoFiscal conta a nossa história: a história de um sindicato, de suas lutas e conquistas! Procuramos ainda fazer dele um instrumento informativo democrático, diverso e plural, buscando contemplar interesses diferentes numa categoria tão heterogênea como a nossa, mas unida: unida na diferença.

Assim, mantemos bimestralmente, uma espécie de resumo de nossas atividades recentes, de nossas falas nas entrevistas, de nosso trabalho na Sefaz, de nossas histórias como aposentados e pensionistas. De nossas memórias e das memórias de pessoas tão queridas que nos deixam e deixam saudades!

Mas temos muito a melhorar e buscamos por isso. Assim, estamos sempre abertos a críticas e sugestões, mensagens, fotos, notícias que ajudam na construção de uma nova edição. Que bons ventos nos levem, para que possamos levar cada vez mais boas notícias a todos!

Boa leitura!

Expediente

Geraldo José Pinheiro

Presidente
presidencia@sindifiscal-es.org.br

José Fermo

Vice-Presidente
josefermo10@gmail.com

Carlos Heugênio Duarte Camisão

Diretor Tesoureiro
diretoriafinanceira@sindifiscal-es.org.br

Jocelino Antônio Demuner

Deiretor Administrativo
jdemuner@sindifiscal-es.org.br

Zenaide Maria Tomazelli Lança

Diretora Jurídica
juridico@sindifiscal-es.org.br

Lenise Seabra Miranda

Diretora de Aposentados e Pensionistas
lenisemiranda@gmail.com

Rogério Zanon da Silveira

Diretor de Comunicação e Divulgação
jornal@sindifiscal-es.org.br

CONSELHO DELIBERATIVO

Anthony Fermino Repetto Lavor
Marcelo da Silva Ramos
Herval José Borini Cezarino
Luiz Carlos Ferreira Pinto
César Romeu de Souza Lacerda

CONSELHO FISCAL

Bruno Aguiar Soares
Edvaldo Monteiro
Lenita Ana de Nadai

DELEGADOS SINDICAIS

Carlos Werner dos Santos
Região Metropolitana
Luiz Henrique Ribeiro da Silva
Região Nordeste
Lúcio Berili Mendes
Região Sul
João Tadeu Caon
Região Noroeste

Ação Fiscal: Junho-Julho/2021
Ano XXXV - Edição 174

Jornalistas responsáveis
Maxieni Muniz
Weverton Campos

Tiragem: 1200 exemplares

E-mail: jornal@sindifiscal-es.org.br



Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, nº955 - Edifício Global Tower. Salas 714 e 715 Enseada do Suá. Vitória/ES - **CEP:** 29050335
Site: <http://www.sindifiscal-es.org.br>
CNPJ: 27394410001/05
Email: jornal@sindifiscal-es.org.br
Telefone: (27) 3325-3439

Lojas do ES são fiscalizadas por possível sonegação fiscal

Texto: Weverton Campos e Alexandre Souza/Com informações da Sefaz-ES

Os Auditores e Auditoras Fiscais da Receita Estadual deflagraram, de quarta (9/6) a sexta-feira (11/6), a operação Mar de Rosas. O trabalho foi realizado visando ao combate da sonegação fiscal em lojas dos segmentos mais procurados durante o Dia dos Namorados, comemorado no dia 12 de junho.

De acordo com o apurado pelo Sindifiscal (Sindicato dos Auditores e Au-

ditoras Fiscais da Receita Estadual), 14 profissionais participaram da operação, sendo 12 em campo e dois como apoio.

Nesse período, a Receita Estadual realizou auditoria em 22 empresas com indícios de vendas sem a emissão de documentos fiscais. O levantamento de estoque das empresas apresentou inconsistências, o que pode indicar venda de mercadorias sem nota.

Dos 22 negócios, 14 são na Grande Vitória. Um em Cariacica, três na Serra, quatro em Vitória, quatro em Vila Velha e dois em Guarapari. As outras oito ficam no interior do Estado, sendo quatro em Colatina, duas em Linhares e duas em Cachoeiro de Itapemirim.

“Agora vamos verificar os documentos das empresas. Verificar o que foi comprado por elas, o que foi vendido segundo as notas fiscais e quanto cada empresa tem no estoque. A partir daí,

será possível concluir se há ou não sonegação fiscal”, explicou o Auditor Fiscal e Supervisor de Fiscalização do Varejo, Fabiano Machado Correa.

Se for constatada a falta de documentos fiscais por parte dessas empresas, elas serão devidamente atuadas pelo Fisco.

O Sindifiscal manifesta apoio aos Auditores e Auditoras Fiscais e endossa a importância das operações de campo para combate à sonegação fiscal, que drena dos cofres públicos recursos que seriam investidos em saúde, educação, segurança e infraestrutura.

Além disso, quando uma empresa sonega ela tem a possibilidade de cobrar preços mais baixos, por não embutir o imposto que será recolhido ao Estado, o que gera uma concorrência predatória e desleal com os bons empresários e empresárias que agem conforme a lei.



Divulgação: Receita Estadual do ES

Auditores Fiscais se preparam para usar o Simba no combate às fraudes

A cooperação técnica que possibilita o uso dessa ferramenta é fruto do acordo feito entre a Secretaria da Fazenda (Sefaz) com a Procuradoria-Geral da República (PGR) para ter acesso às movimentações bancárias de sócios das empresas sediadas no Espírito Santo. A parceria vai auxiliar as investigações de crimes contra a ordem tributária e indícios de crimes de lavagem de dinheiro.

O Simba é uma ferramenta facilitadora para o tráfego de dados bancários entre instituições financeiras e órgãos governamentais. Ele tem por finalidade dar maior celeridade à análise dos procedimentos investigativos que envolvam, no caso da Receita Estadual, a transferência do sigilo bancário para o sigilo fiscal dos investigados, conforme permite a Lei Complementar 105/2001.

Segundo a Lei Complementar 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, as autoridades fiscais tributárias podem examinar documentos, livros e registros de instituições financeiras, inclusive os referentes às contas de depósitos e aplicações financeiras, quando houver processo administrativo instaurado ou procedimento fiscal em curso.

“A Sefaz já tem regulamentação sobre esse tema desde 2011, conforme Decreto 2.872-R, de 18 de outubro daquele ano. Agora, a Receita Estadual poderá acessar as informações bancárias das empresas e seus sócios, de forma otimizada, sempre que houver indícios de operações fraudulentas e instauração dos processos administrativos. Isso trará uma amplitude de atuação e agilidade às auditorias”, disse a subgerente Fiscal de Grandes Contribuintes e Gestão de Auditorias, Layse Tavares.

O Simba será operacionalizado pela Gerência Fiscal (Gefis), por meio da Supervisão de Auditoria Contábil (Supac), com o apoio da Gerência de Tecnologia da Informação (Getec). O banco de dados ficará hospedado na Secretaria da Fazenda, assegurado o acesso aos registros nele contidos e o sigilo, observando a legislação tributária.



Ação dos Auditores Fiscais e da PRF apreende caminhões transportando água mineral sem nota fiscal

Uma blitz da Secretaria da Fazenda (Sefaz) em parceria com a Polícia Rodoviária Federal (PRF) apreendeu dois caminhões que transportavam água mineral sem nota fiscal. A ação aconteceu na segunda-feira (31/5), na BR-101 Norte, no município de São Mateus.

Cada caminhão carregava cerca de 700 galões de 20 litros de água. “Um dos motoristas disse que a carga seria entregue no município de Nanuque, em Minas Gerais. O outro falou que iria entregar a água no norte do Estado, sem especificar o município”, disse o auditor fiscal Frank Gaigher Bermudes, que participou da fiscalização ao lado de outros sete auditores da Receita Estadual.

Para seguir viagem os responsáveis pelas cargas tiveram que pagar um auto de infração de R\$ 5.175. Os valores foram pagos ainda no fim da tarde de segunda-feira (07/06).

4 ENTREVISTA

Entrevista com o Supervisor de Arrecadação Mário José de Souza Gomes Junior

Nesta edição o Ação Fiscal entrevista o colega Mário José de Souza Gomes Junior, também conhecido como Mario Gordilho. Ele é Engenheiro Civil por formação e Auditor Fiscal no Espírito Santo desde 2005, lotado na SUCAD/GEARC, onde é Supervisor. Mario também é artista, sendo autor do livro *O Cisne Azul – Poemas – P55 Edições – 2012* e criador, pesquisador e mantenedor do site: elencobrasileiro.com (desde 2008) e do canal no YouTube *Mario Gordilho Na Arte*, o qual convidamos a todos para conhecer: <https://www.youtube.com/user/mariogordilhoblog/videos>

AF- Você é engenheiro por formação. O que o motivou a se tornar Auditor Fiscal? Como se deu essa transição?

Em 2001, o ramo de Construção Civil estava parado e a concorrência de mão-de-obra elevada, além de estar moran-

do num Estado onde não conhecia muita coisa (Sou de Salvador/BA), e ter um filho de dois anos a caminho da escola. O segundo motivo foi a minha situação como deficiente auditivo. Senti muita dificuldade de adaptação no setor privado, e o Serviço Público me daria mais garantias. Por último, para a minha formação não havia muitas opções ao querer juntar um bom salário com a estabilidade estatutária, por isso optei pela carreira de Auditor Fiscal.

AF – Como avalia a sua atuação na Sefaz? O que destaca no seu trabalho, na sua função, na sua equipe?



Mário Gordilho

Posso dizer que trilhei quase todos os caminhos dentro da Carreira Fazendária.

Desde fevereiro desse ano de 2021, venho atuando na ÁREA DE ARRECADAÇÃO como Supervisor, sendo lotado na SUCAD/GEARC, que é o setor de controle de Cadastro de Contribuintes. Uma equipe pequena, bem nivelada e muito harmônica. Apesar de ser algo novo, me identifiquei muito, pois está ligado à análise de dados e pesquisa, coisas que venho fazendo por quase toda a minha vida fora da SEFAZ.

Na ÁREA FISCAL atuei em Posto Fiscal, blitz, fiscalização volante (nas

regionais Metropolitana, NE e Sul. Só não atuei na Regional NO). Também na liberação de encomendas via Correios, na inspeção e liberação de cargas em transportadoras, e por fim com auditoria de livros e documentos fiscais. O ápice foi assumir o Cargo de Chefe de Equipe, no qual fiquei por três anos, convivendo e coordenando até cerca de 40 auditores no final. Foi um trabalho que suplantou a matéria fiscal. Foi social. Fiz muitos amigos. Me consolidei pessoal e profissionalmente.

NA ÁREA TRIBUTÁRIA, mesmo sendo lotado da GEFIS, atuei alguns anos em Réplicas de Primeira instância de autos de infração que lavrei. Foram exatos 15 anos dedicados à SUFIS-M/GEFIS.

Também tentei ser sindicalista do Fisco, mas vi que não era a minha praia.

Em todo esse caminho sempre procurei fazer o trabalho com dedicação, da melhor maneira e sendo o mais solícito possível para com meus parceiros.

Destaco a responsabilidade, o coleguismo e o respeito.

AF – Como você enxerga a contribuição dada pelos Auditores Fiscais ao ES nesse momento, onde devido à pandemia, há uma crise econômica mundial?

Como uma Fazenda Pública e seu corpo de Servidores são os responsáveis pela fiscalização, arrecadação e gestão legal de tributos, cujo resultado constitui a Receita, eles sempre serão cruciais para qualquer Governo e Ente Federado ao qual integra, em qualquer esfera, em qualquer lugar. No ES não é diferente.

Comparando-nos ao âmbito nacional, aqui falta-nos mais reconhecimento por parte do nosso Governo-Parceiro.

Desde que me entendo por gente o mundo está em crise. Não apenas econômica, mas social, política e cultural. Vivendo, somos desafiados por essas crises para mantermos a nossa sobrevivência. Superando desafios individuais e coletivos. Isso é o gostoso da vida. O extra é lucro.

AF – Mario você também atua nas Artes. Pode contar aos colegas como

começou a se interessar por esse universo?

Eu venho de uma família de artistas e engenheiros. Avós, pais, tios e primos, todos baianos, sempre me estimularam à estética e à construção. Assim, cresci com um concreto lado da razão somado à face poética da emoção. Eu sempre procurei separar os dois mundos de Mário, como um psiquiatra se desapega dos casos de seus pacientes após



uma sessão, mas, como já dito, na minha atual função, incrivelmente, está havendo essa interseção.

AF – Como e quando foi o processo de criação de sua primeira obra?

Quando os outros passaram a ver o meu resultado além de mim. É um processo complexo, sem data precisa. Talvez, 2012, com o lançamento no meu

primeiro livro. Também tenho antologias publicadas como Liberdade – Poemas, Contos e Crônicas; participei do 12º Prêmio Escriba de Poesia – poemas – Editora Equilíbrio – 2012 e do Dicionário De Escritores Contemporâneos Da Bahia: DECBA (Org. Carlos Souza Yeshua) – Editora Círculo de Estudo, Pensamento e Ação – 2015.

AF - Você fez vários intercâmbios culturais. Como se deu o convite para participar deles e o que você destacaria nessas experiências?

Intercâmbio é troca. Desde que comecei a reverenciar os artistas através do blog Elenco Brasileiro, que criei em 2008, venho recebendo presentes e elogios dos mesmos, de seus parentes, de seus colegas, de seus fãs.

Quando passei a reportar o conteúdo do blog para as redes sociais, passei a ser amigos de centenas de artistas e afins. Isso é muito gratificante.

Hoje tenho dezenas no meu zap. Nunca imaginei isso.



Com parte da equipe de trabalho

AF- Na sua carreira artística o que você destacaria hoje?

Destaco a minha capacidade de criação e inovação. Enquanto conseguir fazer isso, está show. Quem dá a nota são os outros, não eu. No blog que tenho desde 2008, chamado Elenco Brasileiro, perpetuo a memória dramaturgica brasileira, senão ela some do mapa. Dia 27/05/21 morreu Nelson Sargento, aos 96 anos, grande sambista brasileiro, alguém disse algo em algum lugar? Eu o fiz, e só soube duas semanas depois.

AF – No momento você faz um trabalho lindo de resgate de uma artista que é idosa e estava perdida. Pode nos contar essa história?

Gina Le Feu foi

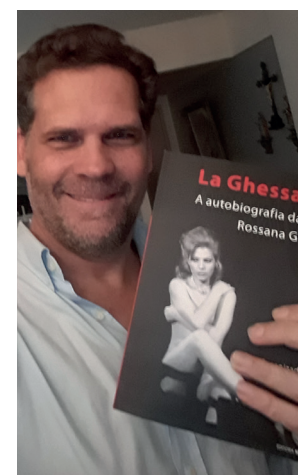
uma vedete carioca em voga nos anos 50 e 60. Uma sobrinha, que a tinha dado como falecida, procurou-me após ver meu vídeo no YouTube, no qual relato a trajetória da vedete e a sua atual condição de miséria na periferia de São Paulo. Hoje estamos tentando instalá-la no Retiro dos Artistas de Jacarepaguá/RJ.

AF – Realmente é uma bela história. O que o motivava Mário? Qual é a sensação de realizar uma missão linda como essa?

Como você disse, eu considero uma missão, e como tal vou cumprindo, seguindo em frente, sem olhar para os lados, sem medir consequências, apenas me envolvendo cada vez mais. O prêmio é o

motivo, o motivo é a sensação, a sensação é o prêmio.

Fico feliz em ver o outro feliz, pelo seu reconhecimento ao ser resgatado do ocaso através de meu esforço, mesmo que seja por algumas horas, mas houve felicidade ali. As vezes a última para aquela pessoa.



6 DIRETORIA EM AÇÃO

Sindifiscal participa de carreata contra projeto da Reforma Administrativa



Presidente do sindicato, Geraldo Pinheiro, discursando em ato contra a Reforma Administrativa

Na manhã da quarta-feira (23/6), o Sindifiscal e diversas outras entidades capixabas, representantes do serviço público, participaram de uma carreata nacional em protesto contra o projeto de Reforma Administrativa do serviço público.

Para o presidente do Sindifiscal, Geraldo Pinheiro, o protesto se fundamenta, em primeiro lugar, na extemporaneidade da discussão deste tema em plena pandemia, que certamente não é prioritário para sociedade brasileira, no momento em que o Brasil ultrapassa a marca de mais de meio milhão de mortos.

Geraldo afirma ainda que o projeto publicamente se propõe a realizar

uma modernização do setor público, o que obviamente ninguém é contrário. Entretanto, o texto apresentado pelo governo federal e que está em discussão na Câmara dos Deputados representa um retrocesso ao estágio anterior à Constituição de 1988.

Além do Sindifiscal, participaram da carreata entidades como Sindipol (Policiais Civis), Sindaces (Auditores de Controle Externo), Sindilegis (Servidores do Legislativo), Sindipúblicos (Servidores Públicos Estaduais), Sindijudes (Servidores do Poder Judiciário) e a Central Pública do Servidor.

Em parceria com o Sincades, mais 100 cestas são doadas pela campanha de solidariedade do Fisco

Cem cestas básicas foram doadas na primeira semana de junho pela campanha de solidariedade do Fisco Estadual do Espírito Santo. Os mantimentos foram levantados pelo Sincades (Sindicato do Comércio Atacadista e Distribuidor do Espírito Santo).

Por indicação de Diretores do Sindifiscal e colegas da categoria, foram beneficiadas as seguintes entidades:

Projeto Chai Vida, da Associação Alef Bet; Associação dos Empresários da Serra (Ases), que repassou as cestas para o projeto Chiquinho; Associação Pestalozzi da Serra; Sociedade São Vicente de Paulo (SSVP) e Mitra Arquidiocesana de Vitória

Até agosto o Sindifiscal vai usar todo o montante de R\$ 56 mil aprovado pelo Conselho de Gestão da entidade para aquisição de cestas e distribuição desses mantimentos para ações e projetos sociais que comprovadamente contribuem para o combate à fome e à vulnerabilidade no Espírito Santo.



Mas a categoria também pode ajudar para expandir ainda mais esse movimento de solidariedade e amor para com o próximo, doando qualquer valor que faça mais sentido para a realidade de cada um.

Confira os dados:

Banco 0021
Agência 0609
Conta 32.965.121
CNPJ 27.239.441/0001-05
Beneficiário:
Sindicato Pes Grupo

Panorama da campanha

Até agora já foram distribuídas 350 cestas para 12 entidades.

Além disso, a categoria já doou, espontaneamente, o total de 5,9 mil reais para encorpar o movimento de ajuda às famílias afetadas pela pandemia do novo coronavírus.



Comissão do Sindifiscal se reúne com representantes do Governo Estadual na Seger para continuidade das negociações

A reunião, realizada na terça-feira (06/07), foi mais uma etapa no processo de negociação com o governo estadual, quando este assumiu o compromisso de construção de uma solução remuneratória para a carreira de Auditor Fiscal da Receita Estadual, com uma discussão de proposta até setembro deste ano, a ser encaminhada para apreciação na Assembleia Legislativa em janeiro de 2022. Participaram da reunião o Secretário da Seger, o Secretário da Fazenda e o Subsecretário da Seger, respectivamente, Marcelo Calmon, Rogério Amorim e Charles Dias. Geraldo Pinheiro, Thiago Venâncio, Bruno Nardoto e Rogério Zanon compuseram a comissão de negociação pelo Sindifiscal.

Durante o encontro, os representantes do Sindicato ressaltaram a longa trajetória de negociações, há mais de dez anos, período em que o Fisco capixaba tem sua remuneração fragilizada a cada ano, deixando uma lacuna significativa em relação aos demais fiscos estaduais. Nesse momento, o Secretário da Seger, Marcelo Calmon, afirmou que dispõem dos dados que estão sendo utilizados como subsídios no processo de negociação.

Outra pauta trazida à mesa de negociações foram os assuntos relativos à carreira de Auxiliar Fazendário, que continuará sendo objeto de negociação nas próximas reuniões. Novamente foi explicado à gestão a situação pela qual a categoria passa, havendo o consenso na reunião, tanto por parte de representantes do governo quanto do Sindifiscal, de que os Auxiliares Fazendários têm atuação essencial na Sefaz, pelas atividades que exercem em setores importantes na instituição e pelas responsabilidades que assumem em níveis de gestão e em projetos importantes.

Por fim, o Secretário de Gestão, Marcelo Calmon, considerou que houve avanços importantes na reunião e afirmou que



em aproximadamente vinte dias concluirá alguns estudos e já terá novas informações, que serão objeto de conversa na próxima reunião com o Sindifiscal, prevista para o final do mês de julho.

Os Diretores do Sindifiscal e os membros da Comissão de Negociação consideram que a reunião foi mais passo importante, tendo ficado registrado para os interlocutores que a categoria está muito consciente do seu papel institucional e que o Estado necessita reconhecer financeiramente os Auditores do Espírito Santo, como Auditores Fiscais de fato e não apenas de direito, razão pela qual conclama todos os filiados a se manterem mobilizados e presentes neste momento, com vistas ao alcance das reivindicações e dos interesses que são comuns à categoria de Auditor Fiscal da Receita Estadual e de Auxiliar Fazendário.

Diretoria do Sindifiscal se reúne com gestão da Sefaz para discutir negociações salariais

Na tarde da segunda-feira (7/6), os Diretores do Sindifiscal se reuniram com o Subsecretário de Estado da Receita, Benício Costa, e os Gerentes da Subsecretaria para informar acerca dos encaminhamentos para retomada das negociações com o governo. No encontro também estiveram presentes os Auditores Fiscais Bruno

Nardotto e Thiago Venâncio, integrantes da Comissão de Negociação.

Geraldo Pinheiro, Presidente do Sindifiscal, informou que após a reunião realizada no final de março, as negociações foram interrompidas em função do recrudescimento da pandemia nos meses de abril e maio. Também afirmou que desde a semana anterior o Sindicato estava em contato com o Secretário de Estado da Fazenda, Rogério Amorim, solicitando agenda para retomada da mesa.

O titular da pasta fazendária informou ao presidente da entidade que, apesar de

não ter ocorrido reuniões nos últimos dois meses, a Sefaz e a Seger (Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos) estão elaborando levantamento das reivindicações para oportunamente sentar à mesa. O Sindifiscal, por meio do seu Presidente, informou ser necessária uma agenda com representantes do governo, pois, apesar de o prazo estipulado pelo governador ser em setembro, a mesa de negociação necessita dar credibilidade para que o processo seja construído de forma conjunta, a fim de que se elabore uma proposta que atenda de fato a reivindicação da categoria.

8 POLÍTICA SINDICAL

Luta contra a reforma administrativa segue agora na comissão especial



Foto: Divulgação

De acordo com o Sindifisco-RS a primeira batalha contra a Reforma Administrativa ocorreu na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara. “Muito difícil de enfrentar. Conseguimos pequenos avanços, mas ali o governo tem ampla maioria. Agora, na Comissão Especial, temos nova oportunidade”, salientou o vice-presidente do Sindifisco-RS, Celso Malhani. Malhani se refere à retirada, por parte do deputado Darcy de Matos (PSD-SC), relator da PEC 32 na CCJ, de vários termos considerados imprecisos e que modificavam consideravelmente a garantia de direitos sociais na PEC 32.

Para o dirigente sindical, a pequena vitória na CCJ só foi possível através da pressão da sociedade e dos servidores na mídia brasileira, que compreendeu, parcialmente, a neces-

sidade de proteger a população e a Constituição brasileira.

A opinião é compartilhada pelo presidente do Fonacate, Rudinei Marques. “Temos que intensificar a luta e a mobilização de nossas bases e mostrar que todos os servidores – inclusive os atuais – serão duramente atingidos, se a PEC 32 for aprovada”, alertou o presidente da entidade.

No último dia 2 de junho, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), leu o ato de criação da comissão especial que vai analisar a PEC 32/20. O colegiado terá 34 membros titulares e igual número de suplentes. Lira afirmou na oportunidade que vai conversar com os líderes de todos os partidos na semana que vem para discutir os trabalhos da comissão especial e destacou que não haverá mudança para os servidores atuais. “Vamos-

conversar sobre os ajustes necessários, ressalvada a palavra dessa presidência de que não admitirá, em hipótese alguma, nenhum ataque aos servidores atuais, ao direito adquirido, a tudo que está posto. Se vier a ser aprovada esta matéria terá efeito a partir de agora em diante no modelo mais moderno para o sistema público brasileiro”, disse.

Malhani, entretanto, afirma que é preciso estar atento. “Acreditamos no presidente da Câmara, mas precisamos estar vigilantes, pois é possível que qualquer emenda possa tentar atingir nossa categoria nesta etapa. E isso seria muito ruim para a categoria”, diz o dirigente do Sindifisco-RS.

Pelos Sindicatos

SINDIFISCO-MG e Affemg protocolam representação no MPMG cobrando realização de concurso para auditor fiscal

No ofício protocolado no MP, as entidades lembram que o último concurso para o cargo realizado no estado foi em 2005, há mais de 15 anos, portanto. Observam que o quadro de auditores se encontra atualmente quase 30% vago (426 cargos vagos) e que essa situação tende a se agravar se considerarmos

que, dos servidores ativos, 296 já se encontram recebendo abono permanência por já terem tempo de serviço suficiente para se aposentar.



Sindicato prorroga suspensão de atividades na sede social de Curitiba

A Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital – Fenafisco contratou a AVATECHNO – Engenharia de Avaliações e Arquitetura Ltda, para realizar o projeto arquitetônico do novo espaço para sua sede em Brasília.

O novo endereço, no coração de Brasília, fica próximo à Esplanada dos Ministérios, Congresso Nacional e órgãos públicos e conta com excelente infraestrutura distribuída em nove salas, com um espaço total de 380m².

Sindicato homenageia auditores fiscais que perderam a vida durante a pandemia da Covid-19

A exemplo do que vem ocorrendo em todo o Brasil, o Fisco de Santa Catarina também vem amargando a perda de vidas neste início de 2021. Entre auditores fiscais ativos e inativos, já são 13 aqueles que acabaram falecendo de janeiro para cá – a maioria perdeu a batalha para

a Covid-19. Foi pensando em homenagear estes profissionais que a diretoria deu o nome de AFRE Paulo Roberto Elias à sala de reuniões do Sindifisco/SC. A placa foi instalada em ato que contou com a participação da viúva Gisele Gallotti Elias, amigos e dirigentes sindicais.



Conversão URV: Trimestralidade e abono de permanência

Conversão da URV



No processo referente a conversão da URV (nº 0014090-06.2004.8.08.0024), que tramita perante a 1ª Vara da Fazenda Pública Estadual de Vitória, a perícia judicial determinada no processo foi realizada, e detectou que os servidores do Grupo TAF realmente sofreram perda por ocasião da conversão do Cruzeiro Real em URV.

Em seguida o juiz, com base na conclusão da perícia contábil, julgou favorável o pedido do sindicato, e condenou o Estado do Espírito Santo a repor as perdas sofridas pelos servidores do fisco estadual, no percentual de 11,98%. Segue abaixo a síntese da decisão:

“Desta feita, na hipótese dos autos, constatado prejuízo na conversão dos vencimentos em URV em Março/1994, o aumento salarial decorrente da reestruturação remuneratória da carreira deve ser compensado com o reajuste de 11,98% pleiteado, circunstância essa que será avaliada por ocasião da liquidação do julgado.

Por tais razões, ACOLHO OS PEDIDOS AUTORAIS, na forma do art. 487, I, do CPC/2015, para condenar os requeridos à incorporação aos vencimentos/proventos dos substituídos do SINDIFISCAL o percentual de 11,98%, com pagamento das diferenças remuneratórias vencidas, observada a prescrição quinquenal reconhecida, e vincendas, até compensação com o aumento salarial decorrente da reestruturação remuneratória da carreira, atualizadas monetariamente na forma do art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97 (observado o entendimento do RE nº 870.947).”

O Estado já recorreu da sentença, e o sindicato já apresentou as suas razões em prol da manutenção da decisão que foi favorável aos servidores, e agora o processo segue em grau de recurso para ser apreciado pelo Tribunal de Justiça, onde se espera seja mantida a decisão.

Somente após ser concluído o julgamento do recurso é que o processo retorna a vara de origem, onde será possível executar os valores devidos a cada servidor.

Abono de permanência para os servidores com direito a aposentadoria pela regra do art. 3º da ec 47/2005

O Sindifiscal-ES reitera o comunicado anterior, dirigido aos servidores já aposentados ou com direito de se aposentar pela regra do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 (regra segundo qual um ano a mais trabalhado reduziria em um ano a idade mínima exigida para aposentadoria), tanto mulher quanto homem, que o Poder Judiciário local tem reconhecido o direito ao recebimento do abono de permanência com base nessa regra de aposentadoria.



Essa regra de aposentadoria.

Esse direito vem sendo negado continuamente pelo Estado na via administrativa, daí a necessidade de ingressar em juízo. Um servidor do fisco, que procurou o departa-

mento jurídico do sindicato, já obteve decisão favorável

Sendo assim, orientamos os servidores aposentados ou com direito de se aposentar pela regra transitória de aposentadoria do art. 3º da EC nº 47/2005, que poderão reaver os valores pagos a título de contribuição previdenciária referentes aos últimos 05 (cinco) anos, eis que deveriam ter sido contemplados com o direito ao abono de permanência, em que o Estado se obriga a arcar com o pagamento da contribuição previdenciária, mas acabaram tendo tal direito sonogado.

Para tanto devem procurar o departamento jurídico do Sindifiscal para o preenchimento da procuração, oportunidade em que deverão apresentar cópia da declaração ou certidão de tempo de contribuição fornecida pelo IPAJM, e dos contracheques do período em que deveriam receber o abono de permanência, porém, continuaram indevidamente arcando com o pagamento da contribuição previdenciária.

10 DIRETORIA EM AÇÃO

Precatório da devolução do desconto indevido do IPAJM

Muitas famílias de servidores falecidos do Grupo TAF, que tinham direito a devolução do desconto indevido do IPAJM, ainda não tomaram as providências objetivando o recebimento dos valores que já encontram-se depositados em conta judicial desde o ano de 2019.

O Sindifiscal-ES obteve uma lista atualizada perante o Setor de Precatórios do Tribunal de Justiça. Quem tiver contato com os membros da família, pedimos a gentileza de informar que eles têm valores a receber, e que, para tanto, devem entrar em contato com o departamento jurídico do sindicato, e falar com a funcionária Oreni, que prestará todos os esclarecimentos e dará todas as orientações necessárias para que os valores sejam liberados aos herdeiros do falecido servidor.



Precatórios da trimestralidade

Com os julgamentos favoráveis aos servidores pelos tribunais superiores (STJ e STF), em alguns dos processos da chamada trimestralidade, aqueles que estavam paralisados aguardando a conclusão daqueles, voltaram a ter o seu andamento normalizado, tendo em muitos deles o julgamento sido concluído pelo Tribunal de Justiça, que alterando o entendimento que vinha sendo adotado inicialmente, passou a julgar favorável a pretensão dos servidores, para manter a obrigatoriedade do pagamento dos precatórios da trimestralidade.

Mas o Estado ainda não se deu por vencido, pois tem ingressado com recurso extraordinário em todos eles, sendo que a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça, a quem compete o juízo de admissibilidade dos recursos, em alguns casos tem negado seguimento aos mesmos (quando apreciado pelo próprio Desembargador Vice-Presidente), e, em outros, porém, tem dado seguimento (quando apreciado por seu substituto legal, o Desembargador Corregedor Geral de Justiça).

Para tanto tem adotado um entendimento surpreendente, deixando transparecer na decisão de seguimento do recurso, que mesmo as decisões nos processos da trimestralidade que tenham transitados em julgado (não caberia mais recurso), antes do STF ter declarado inconstitucional a Lei Estadual nº 3.935/87 (no ano de 1996), devem ser melhor apreciadas, pois o STF, desde o final dos anos 80 e início dos anos 90, já vinha firmado posicionamento pela inconstitucionalidade de outras leis estaduais idênticas, conforme se entrai do trecho da decisão ao lado transcrita:

Assim, o limite de tempo a ser levado em conta para a aplicação do Tema 360 do STF não é exatamente a publicação da decisão que entendeu como inconstitucional a lei da trimestralidade, mas, sim, época em que o Supremo Tribunal Federal já firmava posicionamento idêntico em relação a outras leis estaduais de mesma estirpe e conteúdo na década 1980 e início dos anos 1990, daí porque a necessidade de aplicação do distinguishing ao presente caso.

Ainda que o trânsito em julgado do acórdão que conferiu o direito à percepção das diferenças da Lei da Trimestralidade tenha ocorrido em data anterior à declaração da inconstitucionalidade da norma (lei da trimestralidade), mas pautando-se na teoria da vinculação dos precedentes, deve-se levar em conta a ratio decidendi já formada muitos anos antes do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei local.

G7 anuncia acordo histórico para tributar gigantes multinacionais

Grupo também concorda em taxar parte do lucro nos países em que empresas realizam suas vendas

Em um acordo classificado como histórico, os ministros das Finanças dos sete países mais ricos do mundo, o G7, concordaram com a criação de um imposto global para grandes empresas multinacionais de pelo menos 15% do lucro. A posição do G7 deverá ser levada à reunião do G20, em julho, em Veneza, onde se esperar um acordo formal com as 20 principais economias do mundo sobre o assunto. Participam do G7 Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos. O grupo esteve reunido em Londres.

“Providenciaremos a coordenação adequada entre a aplicação das novas regras tributárias internacionais e a eli-

minação de todos os Impostos sobre Serviços Digitais, e outras medidas similares relevantes, em todas as empresas. Também nos comprometemos com um imposto global mínimo de pelo menos 15% por país”, diz o comunicado do grupo, emitido na manhã do dia 05 de junho. Entre as empresas atingidas pela nova tributação estariam gigantes da tecnologia, como Apple, Google e Facebook. O objetivo do acordo é impedir que as empresas transfiram seus lucros para países de tributação mais baixa e passem a pagar mais impostos onde elas operam.

O ministro das Finanças da Alemanha, Olaf Scholz, estimou que a iminente implementação do imposto é “uma boa notícia para a justiça e a solidariedade fiscais”. “É uma má notícia para os paraísos fiscais em todo o mundo. As empresas não poderão mais fugir de suas obrigações tributárias transferindo habilmente seus lucros para países com baixa tributação”, disse.

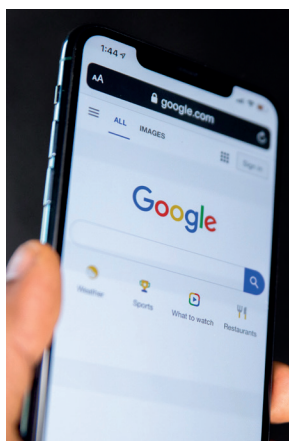


Foto: Solen Feyissa

Além disso, os países apontam que estão comprometidos a apoiar países mais pobres e vulneráveis nos desafios de saúde e econômicos associados à covid-19. O grupo apoia fortemente uma alocação de direitos especiais de US\$ 650 bilhões para ajudar a atender à necessidade global de longo prazo por ativos de reserva.

“O FMI estima que, entre agora e 2025, os países de baixa renda

precisarão de cerca de US\$ 200 bilhões para intensificar a resposta à pandemia e construir amortecedores externos e mais US\$ 250 bilhões em gastos de investimento para retomar e acelerar sua convergência de renda com as economias avançadas”, diz o comunicado.

Na reunião, os países do G7 concordaram em concentrar novas regras tributárias para empresas multinacionais que tenham margem de lucro de, pelo menos, 10%. O grupo também apoiou que o direito de tributar 20% dos lucros acima desse limite seja repartido entre os governos.

Em comunicado, os países destacam empresas que oferecem serviços digitais, ao apontarem que a inovação em transações digitais tem

potencial de trazer benefícios significativos, mas também levanta questões regulatórias e de política pública.

“Os Bancos Centrais do G7 têm explorado as oportunidades, os desafios e as implicações para a estabilidade monetária e financeira das moedas digitais do banco central (CBDCs) e nos comprometemos a trabalhar juntos, como Ministérios da Fazenda e Bancos Centrais, dentro de nossos respectivos mandatos, em suas implicações políticas”, diz o grupo em comunicado.

Em nota, Google, Amazon e Facebook disseram que aprovam a medida do G7.

Publicado originalmente na Folha de São Paulo em 05 de junho de 2021

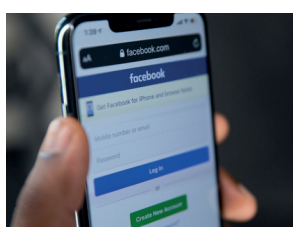


Foto: Solen Feyissa

12 COMUNICAÇÃO

Deixam Saudade

No vazio que ficou da morte de meu ente querido veio a lembrança de pessoas tão queridas, que também um dia cruzaram esse portal.

Onde estarão, o que serão elas agora?
Nuvens, ventos, água, terra, energias?
Eram carne, corpos, vida, sentimentos.
Emoções trocadas em abraços, risos, carinhos,
mas também em dúvidas, tristezas, frustrações.

Nos deixaram seguir em frente os caminhos,
tantas vezes compartilhados, agora sozinhos.
Como a luz tênue do final do crepúsculo,
foram aos poucos se apagando de nossas vidas,
deixando as saudades e sentidas ausências.

Hoje, são lembranças que ficaram em nós,
mas que permanecem bem vivas e eternas.

Victor Motta



Marcos Aurélio Castro
Aposentado
21/10/2020



José Luiz Gomes de Souza
Aposentado
08/06/2021



Eliane Monteiro Fernandes
Pensionista
15/05/2021

Manual do ICMS é de autoria do Auditor Fiscal João Antônio Nunes da Silva



O Sindifiscal informa que estão à venda os últimos exemplares do Manual do ICMS: Comentários à Lei Estadual nº 7.000, do Auditor Fiscal João Antônio Nunes da Silva.

Os Auditores e Auditoras que tiverem interesse na publicação podem entrar em contato com Yuri Cardoso por meio do telefone/whatsapp (27) 99982-8737. Adquira já o seu.

Confira todas as notícias em nosso site:



QR Code Sindifiscal-ES

Você tem um leitor de QR Code?

Aponte a câmera do seu celular para o código e fique por dentro das últimas notícias do Sindifiscal!



Crédito consignado Coopfisco

Com o empréstimo pessoal da Coopfisco, fica fácil controlar seus gastos, juros menores, parcelas fixas e prazos maiores. Confira a tabela:

Valor do empréstimo	JUROS A PARTIR DE 0,99% AO MÊS	
R\$ 10.000,00	12x de R\$ 895,00	24x de R\$ 481,00
R\$ 100.000,00	48x de R\$ 2.872,00	60x de R\$ 2.471,00

*Sujeito a aprovação de crédito, conforme regulamento da cooperativa.

Cooperado,
Estamos atendendo as demandas normalmente, pelos telefones (27) 3200-3989, e WhatsApp 27 99943-6236, ou pelo e-mail atendimento@coopfisco.org.br, na hora em que você precisar, conte com a linha de crédito da Coopfisco para empréstimos com parcelas fixas, como também para antecipar sua restituição do Imposto de Renda ou do décimo terceiro salário. Com dinheiro na mão, você paga suas contas e fica aliviado! Estamos prontos para ajudar você!

Críticas ou sugestões

Na próxima edição do Ação Fiscal, estaremos publicando sugestões, contribuições e críticas de nossos associados. Você pode mandar uma mensa-

gem pelo **whatsapp**: (27) 98159-0017. Caso não queira que seu comentário seja identificado, nós manteremos sigilo sobre sua identidade.

